



o império às costas

– retornados,
racismo e
pós-colonialismo

joão pedro
george



Para a Carlota George

ÍNDICE

PARTE I

O passado e o que lá se perdeu

CAPÍTULO 1	
A velha cepa portuguesa	19
CAPÍTULO 2	
Um funcionário zeloso do fascismo	22
A censura e os serviços de informação	24
António Mega Ferreira, funcionário do Estado Novo	29
Massacre de Wiriamu (dezembro de 1972)	34
A ação do padre Adrian Hastings	38
Repercussão internacional	40
Reação portuguesa	42
O discurso propagandístico de Mega Ferreira	45
Depois do 25 de Abril: apóstolo do socialismo	54
Mega conhece o padre Hastings!	57
As máscaras e os atalhos de Mega Ferreira	59
Mudar para ficar na mesma	61
CAPÍTULO 3	
Genocídio em Moçambique?	63
CAPÍTULO 4	
Retornado. Que palavra é esta?	69
CAPÍTULO 5	
Acolhimento dos retornados	80
Contexto e condições	85
Apoios internacionais (pequeno esboço)	94

CAPÍTULO 6

Manifestações, violência e associações de retornados	100
Movimento associativo	104
Protesto e agressão	117
As indemnizações	123

CAPÍTULO 7

Crónica de legislação: institutos, comissões e comissariados	154
Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN)	156
Secretaria de Estado dos Retornados	164
Hotéis e alojamentos	169
Financiamentos, créditos e medidas de assistência social	174
Comissariado Nacional de Apoio aos Desalojados	177
Recenseamento dos retornados	189
Comissão Eventual dos Desalojados	199
O conceito de desalojado	208
Extinção do IARN	210

CAPÍTULO 8

O discurso dos partidos políticos no Parlamento	215
Os Governos Provisórios	216
Eleições legislativas e presidenciais de 1976	237
Manipulação e instrumentalização	248
Do I ao II Governo Constitucional	253
Fraudes, abusos e irregularidades: o escrutínio do Parlamento	279
O caso Galvão de Melo	288
Do II ao VI Governo Constitucional	302

CAPÍTULO 9

A Universidade do Minho e a integração dos retornados: um estudo de caso	325
Estudos Gerais Universitários de Moçambique	325
Cursos	328
Instalações	331
Alunos e corpo docente	334

Política de valorização da investigação científica:	
as bolsas de estudo	341
A reforma educativa de Veiga Simão	347
A Universidade do Minho	353
Política de recrutamento da UM: a captação de doutorados da ULM	356
CAPÍTULO 10	
<i>O Boomerang do Império Português</i>	373
Silêncio e amnésia?	383
Críticas à tese do silêncio	388
O outro	436
Do 8 ao 80: os retornados sempre existiram	442

PARTE II

O passado não é um país diferente

CAPÍTULO 1	
Lisboa: a capital mais africana da Europa	457
Africanização da Guerra Colonial	459
África em Portugal depois do 25 de Abril	462
Uma lei racista?	471
Êxito total da integração?	474
CAPÍTULO 2	
Toponímia colonial	481
Nacionalismo e toponímia	482
A toponímia como tecnologia de poder	484
Toponímia e pós-colonialismo	487
A toponímia colonial de Lisboa	493
Evolução da toponímia colonial lisboeta	495
Renomear a cidade	509
CAPÍTULO 3	
O passado não é um país diferente	520

O mundo dos brancos	528
A Jamaica que o português criou	531
Racismo estrutural	534
Sexismo & racismo	536
Como tornar-se racista	539
CAPÍTULO 4	
O assassinato de Alcindo Monteiro	542
Filmar o racismo	543
O nascimento do SOS Racismo e da Frente Antirracista	546
A manifestação antirracista de 1995	554
Partidos políticos e movimentos associativos	555
Música e antirracismo	561
Cabeças-rapadas	565
O julgamento	571
Relato circunstanciado do homicídio de Alcindo Monteiro (segundo o Supremo Tribunal de Justiça)	576
A história de Mário Machado	582
<i>Skinheads</i> e futebol	595
Etnografia visual	599
Falsas simetrias	605
Um polícia do antirracismo moral	611
Uma boia de salvação durante a tempestade	613
Puxões de orelhas	614
<i>Conclusão</i>	617
<i>Notas</i>	629
<i>Fontes e Bibliografia</i>	651

PARTE I

O passado
e o que lá
se perdeu

CAPÍTULO 1

A velha cepa portuguesa

A História de Portugal que aprendi na escola estava mais perto da visão transmitida pelo Estado Novo do que do frágil edifício da democracia instaurada, anos antes, pelo 25 de Abril. Era uma História ampla e profundamente politizada, formada ao longo de décadas de manipulações, censuras, ocultamentos; uma História assente nos grandes nomes e nos grandes feitos dos «heróis da pátria». Por sua vez, os «Descobrimientos», considerados o acontecimento excelso da nossa História, eram cultivados de maneira narcísica e analisados como uma dádiva divina, e os Portugueses como um povo que representava no mundo (com mais brilho do que os outros) as virtudes universais da espécie humana e da civilização.

Dessa História monumental que se formou na minha puerícia e adolescência, excluía-se a escravatura, o trabalho forçado dos negros (em pleno século XX), os exercícios de crueldade, os abusos, as atrocidades, as brutalidades, a violência do forte e a extorsão do rico, a recusa da dignidade, do reconhecimento e do respeito a milhões de seres humanos apenas com base na cor (negra) da sua pele.

Nunca me foi dito, por exemplo, que o confisco dos territórios coloniais, onde, por tantos séculos, caranguejaram os portugueses, tinha sido acompanhado de massacres, de violências terríveis e de sucessivos sistemas jurídicos que assentavam em teorias racistas que recusavam aos africanos negros os mesmos direitos que eram concedidos aos brancos cidadãos europeus.

Nunca me explicaram que os subúrbios de Luanda e Maputo, já no início da década de 1970, continuavam votados à indiferença urbanística, assemelhando-se a depósitos de gente desprovida dos mais básicos meios da existência humana, sem comida, sem colchão, sem água canalizada, sem medicamentos. Nunca me disseram que os musseques (Luanda) e os caniços (Lourenço Marques) eram ainda constituídos por barracas, palhotas ou casas miseráveis ligadas umas às outras por caminhos de terra,

não raro ensopados em lama, por onde deambulavam crianças indígenas reduzidas a osso ou com barrigas grávidas de lombrigas, à margem da assistência médica, ou mulheres negras com um longo historial de abusos sexuais pelos portugueses brancos, respeitáveis pais de família ali levados — sabe Deus quantas vezes! — pelo ímpeto dos seus mais baixos e desprezíveis instintos.

Nem nunca ninguém me explicou que tínhamos usado *napalm* durante a guerra de libertação dos africanos nem que tínhamos cortado cabeças de indígenas ou massacrado mulheres e crianças (em Wiriamu, por exemplo). Tudo isso, dirão alguns (fecundados de ardente patriotismo), com o honesto propósito de servir o interesse nacional e a bem da expansão da civilização europeia e da «velha cepa portuguesa».

É importante que este debate saia das universidades e invada o espaço público e mediático e que os meios de comunicação social participem nesse tipo de disputa intelectual, não se limitando a funcionar como caixas-de-ressonância do meio académico. Pelo teor das conversas havidas nos últimos meses, esta é uma polémica que está ainda a balbuciar e em que ainda não se disse o que de mais importante deveria ser dito.

Por um lado, porque muitas das pessoas que intervêm no espaço mediático detestam a verbalização dos episódios da História que nos envergonham e embaraçam a todos. Como se o 25 de Abril e a independência das ex-colónias africanas tivessem sido suficientes para restituir a dignidade àqueles povos e aos seus descendentes (muitos dos quais vivem entre nós, fazem parte da sociedade portuguesa e são netos, bisnetos ou trinnetos de negros que foram humilhados e violentados de inúmeras formas). Como se a página do colonialismo, da escravatura, do trabalho forçado, das humilhações e das prepotências tivesse sido virada ou apagada e isso servisse como reparação pelo catálogo de horrores cometidos pelos Portugueses. Como se a colonização tivesse sido apenas um parêntese que já fechámos e que podemos esquecer ou simplesmente atirar para trás das costas.

Alexander e Margarete Mitscherlich disseram, a propósito do Holocausto, que não nos compete apenas a nós decidir quando é que devemos deixar de tirar consequências de um passado que aniquilou a vida, a dignidade e a felicidade de um número tão elevado de seres humanos. Tenhamos, ao menos, a humildade de reconhecer que as nossas posições, quaisquer que forem, serão sempre uma visão parcial das realidades do colonialismo.

Por outro lado, porque a História do colonialismo português — sobre a qual temos vindo a saber e a compreender mais — parece não ter chegado ao público mais alargado, prevalecendo ainda, ao invés, o discurso

ideológico do lusotropicalismo patrocinado por Salazar, Adriano Moreira e outros. Muitas pessoas, mesmo entre as gerações mais novas, continuam a repetir a cómoda lengalenga de uma colonização menos violenta do que a de outros países europeus, porque o português, ouve-se ainda nos cafés, é propenso a miscigenar-se e a misturar-se com os indígenas (negros, indianos, etc.).

Particularmente reveladoras, como sintoma do quão perfurante foi a ideologia do lusotropicalismo, são as declarações do primeiro-ministro António Costa, em entrevista ao jornal *Público* (4 de março de 2021), considerando que o colonialismo português «foi capaz de se miscigenar pelo mundo» e que «desenvolveu uma capacidade grande de diálogo intercultural, inter-religioso». O facto de haver aqui muito calculismo político e eleitoral só serve para mostrar a hipocrisia e a sonolência vegetativa em que medram os líderes políticos em Portugal.

Depois, as representações dominantes da presença portuguesa em África são aquelas que pululam e proliferam nas livrarias na forma de romances históricos, que não passam, na maioria dos casos, de manifestações de nostalgia (do género do filme *África Minha*) que, ao elidirem os valores que estruturavam e codificavam a ordem social e política (desigualdade racial, abusos sexuais, violências várias, trabalho forçado) nos espaços coloniais, acabam por validar a presença colonial e servem apenas para embalar e manter em boa paz a nossa consciência. Boa consciência que muitos alimentam através de uma perversão moral, que consiste em diluir a própria culpa na culpa dos outros, ou seja, relativizando o sofrimento que nós causámos (a escravatura fomentada pelos portugueses) com o sofrimento causado pelos outros (a escravatura que já existia nos territórios africanos).

Por outro lado, ainda, porque não é possível pensar que os efeitos de vários séculos de colonialismo e escravatura deixaram simplesmente de se fazer sentir no presente. Tal como se os clichés herdados de um saber construído durante séculos (que separavam os mundos do colonizador e do colonizado através da relação dominação/submissão e das dicotomias civilizado/selvagem, tradição/modernidade, trabalhador/preguiçoso, etc.) tivessem deixado de inundar os discursos e de ter implicações no quotidiano. Como se não continuassem a existir portugueses com o sentimento de nunca terem sido totalmente aceites como cidadãos. Como se o racismo fosse um epifenómeno que só se manifesta no plano individual (como uma característica da personalidade de alguns indivíduos) e as desigualdades na forma como africanos e afrodescendentes negros são tratados na vida social e na cultura portuguesa não fossem estruturais e sistémicas e não continuassem bem implantadas ideologicamente entre nós.

CAPÍTULO 2

Um funcionário zeloso do fascismo

Um crime torna-se menos grave por ter passado muito tempo? Será menos errado por ter acontecido há 50, 60 ou 70 anos? Desde que ainda existam pessoas que tenham sido afetadas ou que ainda se recordem de pessoas que foram afetadas, a sociedade tem a responsabilidade de o levar a sério, por muito tempo que passe.

CHRIS LANG, *Unforgotten*, série de televisão da BBC

António Taurino Mega Ferreira foi tudo menos um indivíduo qualquer. Por demais o sabemos: assumiu cargos de cúpula no Estado português, geriu volumosas quantias do erário público, ocupou alguns dos mais eminentes postos da cultura, fez amigos influentes, frequentou os salões dos poderosos, era pedante e procurou viver sempre em aumentativo (e que, portanto, leva o contrário de uma contradição no seu apelido).

O que não sabíamos, o que estávamos longe de imaginar, dado o seu ideário de esquerda e a sua proximidade com o Partido Socialista — desde os tempos de Mário Soares aos atuais, de António Costa —, era que o ex-presidente do Conselho de Administração da Parque Expo e da Fundação Centro Cultural de Belém, agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, tinha sido um obscuro manga-de-alpaca do regime fascista. Que a ocupação dos seus dias, entre 1970 e o 25 de Abril de 1974, passava por desmontar, peça a peça, e usando as palavras do próprio, a intenção malévola das «violentas campanhas anti-portuguesas», da «maquinação internacional contra a visita do primeiro-ministro português [Marcello Caetano] a Londres», levada a cabo por «movimentos comunistas», por «marxistas-leninistas e aparentados», por «trotskistas e outros semelhantes».

Os documentos encontrados no Arquivo Nacional Torre do Tombo revelam que o trabalho de Mega Ferreira, na Secretaria de Estado

da Informação e Turismo (SEIT) — que manteve exatamente as mesmas atribuições do seu antecessor, o Secretariado Nacional de Informação (SNI), tal como a criação da Direcção-Geral de Segurança (DGS) foi uma mera operação de cosmética da PIDE — não consistia apenas em traduzir e minutar as notícias sobre Portugal publicadas na imprensa estrangeira, ao contrário do que disse numa entrevista à *Prelo*, o blogue editorial e literário da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM), conduzida por Tânia Pinto Ribeiro em 25 de julho de 2015: «Trabalhava como tradutor de imprensa estrangeira na Secretaria de Estado da Informação, onde era — e continua a ser — o Palácio Foz. Trabalhava como tradutor de imprensa estrangeira, designadamente do francês», que, como explica, era a sua segunda língua, e do inglês.

É inútil dissimular a gravidade disto. O trabalho de Mega incluía também a interpretação e a filtragem dessas notícias; demonstra a adesão do ex-diretor da revista *LER* ao aparelho repressivo e de propaganda do regime; prova que apoiou fervorosamente — pela palavra — o Estado Novo, nele se enquadrando ideologicamente ou servindo-o como prosélito ou funcionário zeloso. Em suma, participou a fundo na produção discursiva da propaganda do salazarismo-marcelismo.

O mais revoltante é nunca ter tido a frontalidade e a coragem de o reconhecer, é ter branqueado esse passado, referindo-se ao seu trabalho na SEIT, que incluía os Serviços de Censura, como algo que não implicou um envolvimento total nas operações de desinformação montadas por um regime que desprezava a liberdade de expressão e que reprimia, não raro com violência física ou psicológica (tortura, cárcere, etc.), quem defendesse ideias opostas às do Governo.

Durante cerca de quatro anos, Mega Ferreira trabalhou quotidianamente numa das instituições centrais do regime fascista, a mesma que foi responsável pela manipulação da informação e pela censura prévia à imprensa e a todos os veículos de expressão do pensamento livre — a edição de livros e revistas, as artes plásticas, o cinema, o teatro, etc. —, da qual ficou lúgubre memória. Neste contexto, é importante lembrar que alguns elementos das repartições de Imprensa Estrangeira e de Imprensa Portuguesa chegaram a integrar, em regime de comissão de serviço ou outro, o quadro de pessoal político da Censura, nomeadamente do Serviço de Leitura Especializada, como foi o caso do futuro embaixador João Lima Pimentel, o qual, depois do 25 de Abril, se ligou ao Partido Socialista, o que lhe permitiu subir na carreira diplomática e tornar-se assessor de António Guterres.

A censura e os serviços de informação

Em 1966, concluídos os estudos secundários no Liceu Pedro Nunes, António Mega Ferreira inscreveu-se no curso jurídico da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Aí, teve como colegas de turma pessoas que viriam a ganhar forte influência na sociedade portuguesa, desde a política à advocacia, passando pelo jornalismo, a diplomacia e a banca. Entre outros: João Soares (ex-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e ex-ministro da Cultura), Marcelo Rebelo de Sousa (atual Presidente da República), Leonor Beza (ex-ministra da Saúde, atual presidente da Fundação Champalimaud), João Bonifácio Serra (mudaria de curso para o de Letras, foi chefe de gabinete do Presidente da República Jorge Sampaio), Jorge Braga de Macedo (economista, ex-ministro das Finanças), Cáceres Monteiro (jornalista), Carlos Fino (jornalista), Carlos Santos Ferreira (ex-presidente da Caixa Geral de Depósitos e ex-presidente do BCP), Fonseca Santos (jurista, ex-dirigente do Benfica e mandatário da candidatura presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa), o sobredito João Lima Pimentel (que chegaria também a diretor dos Serviços de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo terminado a carreira diplomática como embaixador em Oslo), João Seabra (padre, assistente nacional do movimento Comunhão e Libertação), José António Barreiros (advogado), José Sarmento de Matos (historiador), Francisco Belard (jornalista), Miguel Carneiro de Almeida (ex-assessor dos primeiros-ministros Mário Soares, Nobre da Costa, Mota Pinto e Maria de Lourdes Pintasilgo), Luís Pinheiro de Almeida (jornalista), Luís Santos Ferro (advogado), Manuel Vilarinho (ex-presidente do Benfica) e Manuel Marcelo Curto (embaixador).

Nos dois ou três anos em que frequentou o curso jurídico, Mega Ferreira nunca revelou atividade política digna desse nome, nem sequer quando, momentaneamente, passou pelo Cénico de Direito (primeiro grupo de teatro universitário de Lisboa, criado em 1954). Em 1969 ou nos primeiros meses de 1970, Mega suspendeu a licenciatura para ingressar na SEIT.

Quando chegou ao poder, através do Decreto-Lei n.º 48 686, de 15 de novembro de 1968, Marcello Caetano substituiu o SNI pela SEIT com a indicação expressa de que os serviços, atividades e competências do extinto SNI que não fossem incompatíveis com o disposto no mesmo diploma continuavam em vigor na SEIT. Além disso, colocou-a na dependência direta e hierárquica da Presidência do Conselho de Ministros e manteve-a a funcionar no Palácio Foz, na Praça dos Restauradores. César Moreira Baptista, então secretário de Estado da Informação e Turismo,

num texto significativamente intitulado «Nada Mudou», que a imprensa reproduziu no início de 1969, confirmou que a SEIT repetia o SNI, com pequenas diferenças:

Nada mudou nesta casa; nem o espírito, nem a devoção a valores essenciais, nem a linha de acção. Pelo contrário: há, cada vez mais, a forte vontade de cumprir aquilo que, um dia, ao criar-se o SNI, foi afirmado por Salazar — de que nós tínhamos que dar aqui testemunho da verdade. Da verdade que, no seu conjunto, significa a permanência do ideal de valores que para nós são indiscutíveis. Nós não temos aqui dúvidas que nos apoquentem. Pelo contrário, podemos afirmar cada vez mais a permanência de um sim contra um cepticismo e as negações que por aí se apregoam. Estamos a trilhar um caminho que há-de ser amanhã igual ao de ontem, certamente adequado nas formas e estilos de acção. E eu conto com todos vós para isso. Sempre foi este o lema do Secretariado Nacional de Informação, e ele vai transferir-se, intacto, para a Secretaria do Estado. Somos os mesmos com a permanência do mesmo espírito de servir.

Como funcionava a SEIT? Seria excessivamente longo de descrever, daí que me limite, aqui, a fazer um resumo do seu modo de funcionamento. Na verdade, sabe-se pouco sobre a história de instituições como o SNI e a SEIT, objetos de estudo que deveriam dar origem a monografias que descrevessem os respetivos serviços, atividades, competências e agentes envolvidos (estudos provavelmente mais elucidativos da natureza do Estado Novo do que as análises repetitivas e fastidiosas em torno da personalidade de Salazar).

Além do gabinete do secretário de Estado, a SEIT compreendia vários departamentos, entre os quais um Fundo do Turismo e um Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira, e três direcções-gerais: a Direcção-Geral do Turismo, a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos e a Direcção-Geral dos Serviços de Informação. A Direcção-Geral do Turismo incluía as repartições de Projectos, de Património e órgãos locais de Turismo, de Actividades Turísticas, de Estabelecimentos do Estado, Serviço de Reclamações, Serviço de Arquivo, etc. A Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos tinha as repartições de Artes Plásticas (que organizava Exposições de Pintura e incluía o setor de Artes Gráficas, onde se faziam as brochuras sobre Portugal), de Teatro, Cinema e Etnografia (que chegou a ter como chefe de repartição Manuel Félix Ribeiro, o grande

impulsionador da Cinemateca Nacional), a Direcção dos Serviços de Espectáculos, o Museu de Arte Popular e a Delegação do Porto.

A Direcção-Geral da Informação (DGI) subdividia-se em duas direcções de serviços: a Direcção dos Serviços da Censura e a Direcção dos Serviços de Informação. As instalações dos Serviços da Censura, que passaram a designar-se Comissão de Exame Prévio, apesar de pertencerem ao organograma da SEIT, localizavam-se perto do Bairro Alto: a censura ao cinema e ao teatro ficava num edifício da Rua de São Pedro de Alcântara (nas instalações que o MFA, depois do 25 de Abril, atribuiu ao Partido Socialista, onde ainda hoje funciona a sua sede da área de Lisboa) e a censura à imprensa ficava a meio da Rua da Misericórdia, perto do jornal *República*.

Embora dependesse, em termos institucionais, do secretário de Estado, cargo que, nessa altura, era ocupado por César Moreira Baptista, antes de ter sido nomeado ministro do Interior, a Censura por vezes despachava directamente com o próprio presidente do Conselho. Em bom rigor, as informações produzidas pelas instituições do regime circulavam e davam muitas voltas, não sendo, muitas vezes, assim tão claro para onde iam. O que sabemos é que no Palácio Foz se produziam relatórios internos que iam para a censura, e vice-versa, ou seja, a censura também fazia pareceres sobre material considerado sensível, que eram depois enviados para o director-geral da Informação, que, por sua vez, os podia enviar para o primeiro-ministro (ou presidente do Conselho) e daí para algum ministério. Dito de outro modo, a Comissão Central de Exame Prévio (por exemplo, a Censura) estava subordinada à Direcção-Geral da Informação e era controlada pelo respetivo secretário de Estado, razão pela qual alguns membros da estrutura da DGI eram periodicamente chamados a apresentar relatórios sobre, por exemplo, livros julgados potencialmente subversivos.

Quanto à Direcção dos Serviços de Informação, em particular, englobava duas repartições: a repartição de Imprensa Estrangeira, onde trabalhava Mega Ferreira, e a repartição de Imprensa Portuguesa. Além destas duas, incluía uma Secção de Noticiário que funcionava entre as nove da manhã e a uma da madrugada, onde trabalhavam «redatores», datilógrafos e motoristas (que levavam as notícias, os comunicados e as fotografias que o regime distribuía pelos jornais). De certo modo, a censura estava também liquefeita nos serviços de informação, tanto assim que, muitas vezes, acabava por recorrer ao director-geral da Informação. Inclusivamente, quando o secretário de Estado estava de férias, a tomada de decisões, em matéria de cortes censórios, recaía sobre o director de Serviços de Informação. Por outro lado, as informações

dispunham de uma Divisão de Estudos e Publicações cujos funcionários faziam (secretamente) relatórios ou pareceres sobre livros destinados à censura.

Nestes Serviços de Informação trabalharam pessoas como Alberto Represas (pai do cantor com o mesmo apelido [Luís Represas], foi diretor-interino dos Serviços de Informação e diretor de programas da Emissora Nacional), Clemente Rogeiro (pai de Nuno Rogeiro, foi censor entre 1963 e 1968, diretor-geral da Informação entre 1969 e 1970, depois presidente da direção da Emissora Nacional, ministro da Saúde entre 1973 e 1974, um dos principais sustentáculos do Círculo Eça de Queiroz), Ramiro Machado Valadão (diretor dos Serviços de Informação no início da década de 1960, foi nomeado presidente do Conselho de Administração da RTP em 1969, cargo que ocupou até ao 25 de Abril de 1974), Pedro Feytor Pinto (diretor dos Serviços de Informação), Pedro Geraldes Cardoso (ex-presidente do Conselho de Programas da RTP, foi nomeado diretor-geral da Informação, depois de Clemente Rogeiro), Manuel de Almeida Rino Júnior (um dos chefes da repartição de Imprensa Estrangeira), Manuel Nunes Félix Ribeiro (chefe da repartição de Teatro, Cinema e Etnografia, responsável pelas sessões na sala do Palácio Foz, onde hoje funciona a Cinemateca Júnior), Eduardo Freitas da Costa (primo direito de Fernando Pessoa, admirador de Salazar, autor de *História do 28 de Maio*), Ana Duque (chefe da Secção de Intercâmbio Luso-Brasileiro), A. Folgado da Silveira (chefe da Secção de Noticiário), Sebastião Sousa Dinis (chefe da repartição de Estudos e Publicações), João Luís Mexia de Lemos Strecht Ribeiro (licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, especialista em psicologia judiciária, doença mental e formação de pessoal de polícia), Jorge Felner da Costa (um dos funcionários que acompanhou a estadia de Christine Garnier em Portugal, paga pelo SNI, delegado do Governo na Companhia dos Petróleos de Portugal, diretor do Centro de Turismo de Portugal no Rio de Janeiro), Álvaro José Roquette (presidente da Câmara de Oeiras entre 1957 e 1960, diretor-geral do Turismo), etc.

A repartição de Imprensa Portuguesa redigia notícias para saírem em diferentes órgãos e fazia ainda o *Notícias de Portugal*, um boletim publicado em papel-bíblia que era enviado para todo o país, nomeadamente para as juntas de freguesia e para as paróquias. Ali trabalhavam vários redatores, alguns dos quais jornalistas que também colaboravam com a RTP ou com a Emissora Nacional, como Folgado da Silveira, José Côte-Real, Miguel Trigueiros, Manuel Marques Gastão, João Falcato, Pedro Correia Marques, Carlos Ataíde, Amândio César, etc.

A repartição de Imprensa Estrangeira combinava as mais diversas funções: ler e examinar diariamente os jornais estrangeiros — alguns

enviados pelas Casas de Portugal no estrangeiro, outros adquiridos nos dois pontos de venda que havia na Baixa Pombalina, um na Praça dos Restauradores, outro no Rossio (tabacaria Mónaco), onde se podia comprar quase toda a imprensa estrangeira (os recortes das notícias que diziam respeito a Portugal, publicadas em jornais estrangeiros que não chegavam ao nosso país, eram enviados para o Palácio Foz, em grande quantidade, por uma empresa especializada) —, traduzir as notícias aí publicadas sobre Portugal (normalmente os excertos mais significativos, embora, quando se deparassem com artigos ou crónicas abertamente favoráveis aos interesses de Portugal, os redatores fizessem a tradução integral do respetivo texto), fazer resenhas desses artigos sobre Portugal (ou que, não sendo diretamente sobre Portugal, pudessem ser interessantes para o diretor-geral ou para o presidente do Conselho), traduzir artigos e correspondência que individualidades estrangeiras enviassem ao secretário de Estado ou ao presidente do Conselho, por vezes traduzir notícias portuguesas para outras línguas.

Além de traduções, os redatores desta repartição faziam pareceres (por exemplo, sobre livros publicados no estrangeiro), elaboravam relatórios (por exemplo, sobre as atividades oposicionistas durante as campanhas eleitorais), reviam outros escritos em idioma estrangeiro, redigiam ofícios em português e em línguas estrangeiras, procediam ao registo e arquivamento de recortes de jornais e revistas (para consulta rápida sobre jornais e jornalistas), produziam e passavam à máquina discursos e entrevistas para divulgar no estrangeiro, faziam o registo de correspondentes no estrangeiro, levavam a cabo serviços de relações públicas (receber, acompanhar e dar a assistência necessária a jornalistas estrangeiros ou a quaisquer individualidades nacionais), etc. Enfim, faziam tudo o que constituísse «boa propaganda a favor de Portugal, especialmente no que dizia respeito à política ultramarina portuguesa», como referiu um redator no inquérito interno à Secção de Imprensa Estrangeira realizado em novembro de 1969. Depois, as informações aí produzidas (resenhas, resumos, etc.) eram entregues a poucas pessoas, geralmente ao presidente do Conselho, Marcello Caetano (através da sua assessora, Maria Eugénia Pinto de Lemos), e a não muitos mais.

Entre os indivíduos que passaram pela repartição de Imprensa Estrangeira, muitos deles estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, encontramos nomes como Marcelo Duarte Mathias (admitido em janeiro de 1967 com a categoria de redator em regime eventual, chegou a chefe de secção da Direção-Geral da Informação), Fernando Neves, João Lima Pimentel, padre João Seabra, António Mega Ferreira e João Maria de Moraes Palmeiro (admitido em junho de 1969, também com a categoria

de redator em regime eventual, tendo depois passado a colaborador permanente assalariado, seria mais tarde convidado por Mega Ferreira para trabalhar na Expo'98).

A SEIT, como instituição reprodutora da ideologia estado-novista, constituiu-se num aparelho burocrático colossal, produziu uma quantidade inexaurível de informação em cujo quadro de pessoal havia técnicos de estudos, inspetores, redatores (de 1.^a, de 2.^a e de 3.^a), técnicos gráficos, desenhadores de arquitetura, decoradores, assistentes de turismo, técnicos de publicações, técnicos de etnografia, técnicos de cinema, conservadores das coleções etnográficas, arquivistas, agentes fiscais, projecionistas, revisores de filmes, etc. Uma instituição que, além de muita gente, envolvia muitos serviços e muitas atividades e que tinha, por exemplo, um arquivo fotográfico, uma biblioteca, um laboratório de fotografia e de gravura e uma sala onde se projetavam os filmes para censurar. Além disso, tinha um estúdio onde se fazia um programa de rádio — a Rádio Liberdade —, ouvido pelos emigrantes portugueses no estrangeiro (que fazia parte da Direcção-Geral de Informação), dispunha de uma sistema de telex (chamado ponto a ponto) que recebia as notícias da Reuters, estrangeiras e portuguesas, e que ligava o Palácio Foz diretamente a todos os jornais e estações de rádio e televisão que transmitiam pelo país, por onde se enviavam as declarações do presidente do Conselho, as notícias oficiais, os comentários das notícias que saíam na imprensa estrangeira, etc.

António Mega Ferreira, funcionário do Estado Novo

Entre esses funcionários encontrava-se António Mega Ferreira, que terá sido recrutado pelo comprovinciano Manuel de Almeida Rino Júnior, conhecido apenas como Manuel Rino, ex-seminarista que, além de ter estado perto de ser monge, ser um salazarista convicto e falar sete línguas estrangeiras, desempenhava então as funções de chefe de repartição da Imprensa Estrangeira nos Serviços da Informação da SEIT. Manuel Rino e Mega Ferreira viviam no microcosmo suburbano da linha de Sintra, como refere Pedro Feytor Pinto:

Os redatores eram convidados por nós. O João van Zeller também por lá passou. O António Mega já lá estava quando cheguei. Foi convidado pelo Manuel Rino, porque o Rino vivia em Sintra e o António Mega vivia na linha de Sintra. O Manuel Rino era um homem muito culto, de uma grande

qualidade humana, sabia falar muitas línguas, era notável, mas dá-me ideia que era muito salazarista, era verdadeiramente salazarista.¹

Todos os candidatos eram submetidos à decisão superior do diretor-geral dos Serviços da Informação, por proposta de Manuel Rino, chefe de repartição. Este enviava um parecer submetendo a candidatura de alguém e atestando os seus excelentes conhecimentos noutras línguas, condição indispensável para trabalhar na repartição de Imprensa Estrangeira.

Naqueles anos, em que havia cada vez mais jornalistas estrangeiros que vinham fazer reportagens a Portugal, um dos deveres dos funcionários dessa repartição era receber pessoalmente os elementos da imprensa internacional, ou seja, trabalhavam também como uma espécie de relações públicas do regime. Manuel Rino, em particular, destacou-se no acolhimento a muitos desses jornalistas estrangeiros, e não só, como foi o caso do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Quando passou por Lisboa, em 1951, na altura em que estava a preparar um dos livros centrais da sua fase lusotropicalista — *Aventura e Rotina* (1953) —, em resultado do convite do regime salazarista para fazer uma visita de estudo aos territórios ultramarinos de Portugal e «observar o fenómeno social da expansão portuguesa no mundo», Gilberto Freyre e a família foram recebidos por Manuel Rino. O livro, espécie de diário antropológico e sociológico, inclui relatos da viagem de seis meses que Freyre realizou ao «Ultramara» e a algumas terras de Portugal continental, bem como as conferências proferidas ao longo desse périplo. Há algumas referências, sempre elogiosas, ao «cicerone» e «representante do Secretariado Nacional de Informação» (cujo secretário nacional se chamava então José Manuel Costa, que substituíra António Ferro, em finais de 1949, na cúpula do SNI).

Por exemplo, em agosto de 1951, Rino acompanhou a família Freyre num passeio ao outro lado do rio Tejo, como refere em *Aventura e Rotina*:

À Outra Banda, com todos os Freyres. Quem nos acompanha nesta excursão mais longa (...) é o Dr. Manuel Rino. (...) Depois de animado pela presença do raro jornalista português de quem eu não poderia nem saberia escrever maior louvor do que o de compará-lo com o brasileiro João do Rio no talento e talvez devesse até dizer, no génio da reportagem ligeira (...).²



Entre 1974 e 1981, Portugal acolheu e integrou cerca de setecentas mil pessoas chegadas dos antigos territórios ultramarinos portugueses no continente africano: Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Numa época como aquela, política, social e economicamente instável, o extraordinário afluxo destes «retornados», como ficariam conhecidos, gerou uma enorme hostilidade em grande parte da população metropolitana, que se apressou a rotulá-los de imperialistas, racistas, colonialistas e reacionários. Muitos dos que regressavam à Metrópole, por sua vez, assumiram-se como críticos encarniçados da descolonização, um discurso que encontrou algum eco — um perigoso eco — em algumas forças políticas extremistas ou radicais, de pendor nacionalista e fascista.

Os efeitos sociais e políticos deste súbito acréscimo populacional de 10% tiveram um impacto profundo nas estruturas institucionais do país e na consolidação da sua jovem democracia. Em *O Império às Costas*, João Pedro George relaciona e explora as diferentes vertentes da descolonização portuguesa, para assim demonstrar, por um lado, que a integração dos retornados foi um dos processos que mais influenciou a atual configuração da sociedade portuguesa, e, por outro, que a herança do colonialismo continua, ainda hoje, a fazer-se sentir na vida cultural, social e política do país.



Penguin
Random House
Grupo Editorial



penguinlivros.pt
penguinlivros
editoraobjectiva

ISBN 9789896659691



9 789896 659691 >